



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

REUNIÃO DE 12 DE MAIO DE 2021

INFORMAÇÃO

Sobre a discussão dos [PJR 909/XIV/2 \(BE\)](#) - *Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão*; [PJR 918/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que assegure a despoluição do rio Nabão*; [PJR 981/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Pela Defesa e Proteção do Rio Nabão*; [PJR 1142/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Contra a poluição do Rio Nabão*; [PJR 1186/XIV/2 \(CDS/PP\)](#) - *Recomenda ao Governo que tome todas as medidas urgentes e necessárias com vista à resolução da poluição no rio Nabão* e [PJR 1258/XIV/2 \(PSD\)](#) - *Proteger o rio Nabão, reduzir a poluição e recuperar os ecossistemas*

1. Os seis projetos de resolução deram entrada na Assembleia da República, tendo sendo admitidas por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República que determinou a baixa à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.
2. Na reunião da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, realizada em 12 de maio de 2021, as iniciativas foram discutidas ao abrigo do n.º 2 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.
3. A discussão foi gravada em áudio, encontrando-se disponível para consulta em http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210512_VC.mp3 dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente informação.
4. A Senhora **Deputada Fabíola Cardoso** (BE) apresentou o [PJR 909/XIV/2 \(BE\)](#) - *Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão*. Começando por fazer um breve historial dos problemas de poluição que, pelo menos desde 1973, afetam o rio, elencou alguns dos problemas que geram esses focos de poluição, nomeadamente por persistirem descargas ilegais e insuficiência das respostas públicas, como ficou patente no ciclo de audições realizado. Lançou o desafio para que possa ser conseguido um texto comum, que proporcione dotação financeira para melhoramentos nos sistemas, reforço de meios humanos em matéria de forma a identificar e erradicar descargas ilegais que continuam a acontecer, instando a Assembleia da República a assumir um firme compromisso de concretizar a intenção partilhada por todos quanto ao rio Nabão.



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

5. O Senhor **Deputado Hugo Costa** (PS) apresentou o [PJR 918/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que assegure a despoluição do rio Nabão*, elaborado no seguimento do trabalho que tem sido desenvolvido para resolução da grave situação de poluição do rio que afeta a população de Tomar e de Ourém. Notando que tem havido um longo debate sobre a origem dos focos de poluição, reconheceu que existem falhas de fiscalização e necessidades de financiamento para melhoria das ETARS e redes de saneamento. Assinalou que foram ontem anunciados programas de financiamento para despoluição desta bacia hidrográfica e finalizou, considerando que será possível colaborar num texto conjunto, que sirva para dar mais força a esta recomendação do Parlamento.

6. Considerando ser do conhecimento geral os problemas que persistem no rio Nabão e na sua bacia hidrográfica, com alertas e denúncias de poluição constantes frequentemente divulgados na comunicação social e nas redes sociais, a Senhora **Deputada Mariana Silva** (PEV) apresentou o [PJR 981/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Pela Defesa e Proteção do Rio Nabão*, que visa recomendar ao Governo o reforço dos meios de monitorização da qualidade das águas de modo a garantir um bom estado ecológico da bacia hidrográfica do Nabão, bem como o reforço de meios humanos e técnicos, às entidades da administração central com competências de inspeção e fiscalização e promova mais atos inspetivos, de forma a pôr fim à impunidade dos agentes poluidores do rio Nabão e dos seus afluentes. Propõe ainda que seja recomendada a elaboração de um plano de ação e a disponibilização de apoios às autarquias e à empresa intermunicipal para a construção e reabilitação de estações de tratamento de águas residuais para o tratamento e rejeição de efluentes e melhoria da rede de saneamento, de modo a garantir a diminuição de índices de poluição naquela bacia hidrográfica. Por último, destaca a importância de apoiar as autarquias locais na valorização do património ambiental, cultural, histórico e paisagístico do rio Nabão.

7. A Senhora **Deputada Alma Rivera** (PCP) apresentou o [PJR 1142/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Contra a poluição do Rio Nabão*, pelo qual se pretende que seja recomendado ao Governo que tome medidas urgentes no sentido de pôr termo à poluição que desde há muitos anos tem vindo a afetar o Rio Nabão. Propõe, que a proteção daquela massa de água seja conseguida através da identificação rigorosa das fontes poluidoras, da responsabilização dos infratores e da colaboração com as autarquias locais com vista à viabilização dos investimentos nas infraestruturas necessárias para evitar que o Nabão continue a ser frequentemente contaminado por efluentes pecuários, industriais e domésticos.



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

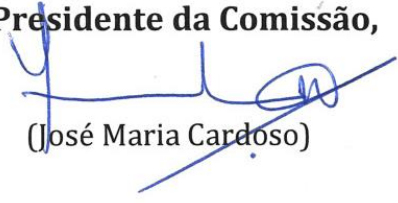
6. O Senhor **Deputado Nuno Pedro Morais Soares** (CDS/PP) apresentou o [PJR 1186/XIV/2 \(CDS/PP\)](#) - *Recomenda ao Governo que tome todas as medidas urgentes e necessárias com vista à resolução da poluição no rio Nabão*. Referiu que o seu Grupo Parlamentar tem sinalizado ano após ano esta situação, sendo manifesta a necessidade de aperfeiçoamento das redes de drenagem e propor uma solução técnica para esta situação. Episódios cada vez mais graves e recorrentes que colocam em causa recursos hídricos da região.

7. O Senhor **Deputado João Moura** (PSD) apresentou e [PJR 1258/XIV/2 \(PSD\)](#) - *Proteger o rio Nabão, reduzir a poluição e recuperar os ecossistemas*, elaborado na sequência da finalização de um ciclo de audições que permitiu alguns esclarecimento. Constatou que quase todos os seis projetos de resolução seguem as mesmas recomendações, estaremos em condições de trabalhar num texto comum. Assinalou que a fonte do problema não reside nas ETARs mas as redes de saneamento primárias, muito antigas com coletores unitários, e que sofrem com a pluviosidade, cujas águas não necessitariam de ser encaminhadas para ETARS. Reiterou a essencialidade de investir nas redes de saneamento básico mostra-se essencial, mostrando disponibilidade para concertação de uma recomendação conjunta.

7. Realizada a discussão, o Senhor Presidente informou que os Projetos de Resolução se encontram em condições de poderem ser agendados, para votação, em reunião plenária da Assembleia da República, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2021.

O Presidente da Comissão,



(José Maria Cardoso)